






RELATO DE EXPERIÊNCIA

Educação como prática da liberdade: uma intervenção extensionista sobre preconceitos com estudantes do ensino fundamental

Education as a practice of freedom: an outreach intervention on prejudices with elementary school students

Submetido em: 18/03/2026 | Aceito em: 09/05/2026 | Publicado em: 23/05/2026


Carolina Henriques Galvão¹ , Júlia Magalhães Scofield¹ , Manuela Martins Campos
Gomes de Figueiredo¹ , Marcela Clemente Gontijo¹ , Mônica das Graças de
Azevedo¹ 

¹Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG - Brasil
E-mail: carolinahgalvao@gmail.com

Declaração de conflito de interesses: Não há conflito de interesses

RESUMO

Introdução: A escola é espaço de formação acadêmica, ética e cidadã. Nesse contexto, ações extensionistas são essenciais para construir valores críticos e inclusivos. Trabalhar preconceitos torna-se indispensável, visto que ainda se manifestam no cotidiano escolar e são naturalizados. A ausência de problematização reforça estigmas, fragiliza relações e compromete o desenvolvimento estudantil. **Objetivo:** Relatar e analisar a relevância de uma ação extensionista com adolescentes para conscientização sobre preconceitos. **Relato da Experiência:** A atividade, conduzida por acadêmicos de Medicina para alunos do 7º ano de uma escola pública de Belo Horizonte, consistiu em apresentar tipos de preconceito e promover diálogo sobre como identificá-los e combatê-los. Os adolescentes compartilharam experiências de discriminação e analisaram situações fictícias, refletindo sobre como agir em casos semelhantes. A dinâmica utilizou a pedagogia do oprimido de Paulo Freire, na qual o educador se coloca à margem para estimular empatia e desconstrução de preconceitos. Ao longo do processo, os alunos reconheceram impactos negativos das práticas discriminatórias e passaram a corrigir colegas em situações similares. **Considerações Finais:** Apesar das resistências iniciais, a ação mostrou impacto positivo ao oferecer espaço de escuta e reflexão crítica, permitindo aos adolescentes se expressarem livremente. A pedagogia do oprimido aproximou realidades e promoveu mudanças na percepção sobre preconceitos, especialmente o racial e a homofobia. Entretanto, a experiência revelou limitações, como tempo reduzido e necessidade de continuidade, já que a desconstrução de estigmas é um processo prolongado. Conclui-se que ações pedagógicas críticas e participativas fortalecem a escola como espaço de transformação social, ética e democrática.

 Licenciado sob a [CCBY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Palavras-chave: Preconceito; Educação Médica; Diversidade; Equidade; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

Introduction: The school is a space for academic, ethical, and civic development. In this context, extension activities are essential for building critical and inclusive values. Addressing prejudice becomes indispensable, since it is still present in everyday school life and is often normalized. The lack of critical discussion reinforces stigmas, weakens relationships, and compromises student development. **Objective:** To report and analyze the relevance of an extension activity with adolescents aimed at raising awareness about prejudice. **Experience Report:** The activity, conducted by medical students for 7th-grade students at a public school in Belo Horizonte, consisted of presenting types of prejudice and promoting dialogue on how to identify and combat them. The adolescents shared experiences of discrimination and analyzed fictional situations, reflecting on how to act in similar cases. The activity was based on Paulo Freire's pedagogy of the oppressed, in which the educator positions themselves on the margins to foster empathy and the deconstruction of prejudice. Throughout the process, students recognized the negative impacts of discriminatory practices and began to correct peers in similar situations. **Final Considerations:** Despite initial resistance, the activity showed a positive impact by providing a space for listening and critical reflection, allowing adolescents to express themselves freely. The pedagogy of the oppressed brought realities closer together and promoted changes in the perception of prejudice, especially racial prejudice and homophobia. However, the experience revealed limitations, such as limited time and the need for continuity, since the deconstruction of stigmas is a long-term process. It is concluded that critical and participatory pedagogical actions strengthen the school as a space for social, ethical, and democratic transformation.

Keywords: Prejudice; Medical Education; Diversity; Equity; Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um espaço privilegiado para a formação não apenas acadêmica, mas também ética e cidadã de crianças e adolescentes¹. Sendo assim, torna-se fundamental abordar temas sociais relacionados ao respeito às diferenças, ao reconhecimento das desigualdades e à desconstrução de preconceitos enraizados. Preconceitos como o racismo, a homofobia, a aporofobia e o machismo, são amplamente normalizados na sociedade e, muitas vezes, reproduzidos entre crianças e adolescentes, o que reforça estigmas e perpetua práticas discriminatórias².

A escola, enquanto instituição formadora, possui papel essencial na promoção da empatia, do diálogo e do exercício da cidadania crítica, de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³. Nesse sentido, a realização de ações extensionistas que estimulam a reflexão crítica e o respeito às diferenças mostra-se fundamental para a construção de uma convivência mais ética e democrática nesses ambientes. Ademais, experiências de discriminação na infância e adolescência contribuem para a perpetuação de desigualdades estruturais, além de gerar sofrimento psíquico e prejuízos no desenvolvimento emocional dos indivíduos⁴. Dessa forma, discutir preconceitos no contexto escolar ultrapassa o caráter informativo e assume dimensão ética, social e de saúde pública⁵.

Durante a vigência da disciplina Práticas Formativas na Comunidade III, estabelecida no primeiro semestre de 2025, acadêmicas de Medicina do terceiro período realizaram ações com estudantes do sexo masculino do 7º ano de uma escola pública estadual de Belo Horizonte. Com esse contato, foram observadas manifestações recorrentes de comportamentos discriminatórios, constituídos por falas, brincadeiras e atitudes que reforçavam estereótipos relacionados à raça, orientação sexual, condição socioeconômica e papéis de gênero. Tais expressões, muitas vezes naturalizadas e ridicularizadas na sociedade, evidenciaram a presença de preconceitos internalizados e a dificuldade de reconhecimento dessas práticas como formas de violência simbólica, caracterizada pela naturalização de relações de dominação que são reproduzidas e legitimadas no cotidiano, inclusive pelos próprios sujeitos que as vivenciam⁶. Essas observações dialogam com a literatura ao demonstrar como o ambiente escolar pode reproduzir desigualdades sociais e culturais já presentes na sociedade, reforçando a necessidade de intervenções educativas intencionais. Assim, a identificação desses comportamentos no cotidiano dos alunos não apenas corroborou a relevância de abordar a temática dos preconceitos no espaço escolar, como também atuou como elemento motivador central para a elaboração de uma intervenção pedagógica.

Diante desse cenário, acadêmicas de Medicina promoveram uma intervenção pedagógica voltada para o grupo já caracterizado de estudantes, cuja maioria dos alunos são negros e estão inseridos em contextos socioeconômicos vulneráveis, residentes de áreas periféricas da capital, com o objetivo de problematizar diferentes formas de preconceito, especialmente racismo, aporofobia, homofobia e machismo, que foram os mais observados no contexto vivido por esses alunos, e estimular a desconstrução de estigmas. A iniciativa foi fundamentada em metodologias participativas inspiradas na pedagogia freireana, a qual defende que o processo educativo deve ser dialógico, horizontal e comprometido com a superação de opressões⁷. Por meio de dinâmicas de escuta, partilha de vivências e análise de cenários fictícios realizados no decorrer do primeiro semestre de 2025, buscou-se estimular nos adolescentes a capacidade de identificar práticas discriminatórias, compreender seus impactos e refletir sobre estratégias de enfrentamento.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A ação, realizada por acadêmicos de Medicina com adolescentes do sexo masculino do 7º ano, como parte das intervenções realizadas na matéria de Prática Formativa na Comunidade, consistiu na apresentação dos tipos de preconceito: racismo, homofobia, aporofobia e machismo, inicialmente de maneira expositiva, e, posteriormente, de maneira ativa, através de rodas de conversa e método de solução de problemas. Toda a intervenção se pautou em um diálogo aberto, utilizando metodologias educacionais consolidadas para gerar impacto significativo.

A intervenção contou com a participação de aproximadamente 20 adolescentes, com faixa etária entre 12 e 15 anos, pertencentes a uma turma regular do 7º ano do ensino fundamental. A atividade foi realizada em ambiente de sala de aula da própria instituição, ao longo de 05 encontros, com duração média de 90 minutos cada, durante os meses de fevereiro a junho de 2025. Os estudantes participaram de forma voluntária, mediante autorização institucional, sendo garantidos o anonimato e o respeito às suas falas durante toda a atividade.

Primeiramente, os adolescentes foram encorajados a compartilhar situações de discriminação que viveram ou presenciaram ao longo das suas experiências de vida. Posteriormente, foram apresentados aos alunos, casos fictícios que apresentavam preconceitos (ex:

Uma pessoa negra entra no shopping e é seguida pela segurança; um homem gay é espancado pelo policial por estar de mãos dadas com o namorado). A finalidade era a identificação e denominação dos preconceitos conforme os próprios conhecimentos. Dessa forma, os estudantes foram instigados a refletir como agiriam em ocasiões similares sem que houvesse discussão prévia, a fim de garantir a neutralidade e o espaço seguro para a conversa.

Uma das metodologias implementadas foi a do educador Paulo Freire: *Pedagogia do Oprimido* a qual esclarece que: “É somente sendo como os oprimidos que o educador pode contribuir para a superação da opressão.”⁷. Em um dos momentos em que os adolescentes demonstraram maior resistência, foi aplicada a teoria. A técnica consistiu no educador se posicionar como parte do grupo marginalizado e discriminado (ou simular essa posição), a fim de gerar empatia e desconstruir os estigmas dos discentes. Essa estratégia foi aplicada de forma intencional, como recurso pedagógico para romper barreiras comunicacionais e favorecer a identificação dos estudantes com a temática, sendo conduzida em um ambiente seguro, com mediação ativa dos acadêmicos para evitar constrangimentos ou exposições indevidas.

A princípio, os estudantes não reconheceram a seriedade dos preconceitos, mas ao longo da discussão, assumiram uma postura reflexiva perante as situações fictícias. De modo geral, observou-se que a maioria dos estudantes apresentava reconhecimento inicial mais consistente em relação ao racismo e ao machismo, sendo o preconceito racial, o mais experienciado e relatado nas vivências dos estudantes. No entanto, temas como homofobia e transfobia geravam maior resistência e manifestações de desconforto. As falas dos alunos evidenciaram a presença de preconceitos naturalizados no cotidiano, frequentemente expressos por meio de humor ou “brincadeiras”, o que reforça a necessidade de intervenções educativas contínuas.

Os educadores reconheceram que havia uma naturalização do preconceito naquele ambiente, e fez-se necessária a explicação do motivo pelo qual esses tipos de comentários não deveriam ser subestimados. Para tal, foram relatados casos de pessoas que foram vítimas desse tipo de preconceito a ponto de passarem por humilhações e perderem suas vidas, como casos em campos de futebol sofridos pelo jogador Vinícius Júnior⁸ e o caso de George Perry Floyd Jr⁹ para que a severidade e a proporção desses comentários fossem percebidas.

Já o machismo foi interpretado desde o início como negativo, uma vez que a maioria dos adolescentes do sexo masculino tinham apenas a figura da mulher como autoridade em suas casas e figura paterna ausente. Além disso, embora o termo aporofobia não fosse conhecido, havia a identificação dessa realidade como negativa e enraizada na sociedade, embora, era atrelada ao racismo.

Quanto à homofobia e à transfobia, houve uma discordância inicial sobre a negatividade de tais preconceitos, percebida em piadas e resistência à discussão do assunto. Foi utilizada a metodologia de Paulo Freire⁷, citada anteriormente, em uma dinâmica na qual uma educadora, do sexo feminino, se posicionou como parte do grupo LGBTQIA+ para gerar empatia e desconstruir preconceitos nos discentes. Tal situação provocou um impacto significativo e postura silenciosa e reflexiva, visto que os adolescentes já tinham vínculo com ela. Depois de consolidada a discussão crítica, foram propostas situações hipotéticas em que os alunos teriam pessoas LGBTQIA+ em seus grupos sociais e, com isso, eles se mostraram mais receptivos e compreenderam a maleficidade dessas intolerâncias. Porém, quando outro educador, do sexo masculino, se posicionou parte da comunidade LGBTQIA+ novamente houve resistência, piadas e um novo ponto de vista: mulheres lésbicas eram vistas com maior normalidade do que homens gays.

Foi questionado aos alunos utilizando perguntas críticas para que nas próprias falas deles os acadêmicos descobrissem o porquê dessa normalização. Nesse momento, os educadores utilizaram a metodologia da Educação Problematizadora, segundo Paulo Freire: “Uma pedagogia em que o conteúdo programático se torna o meio para que os educandos e educadores reflitam criticamente sobre sua realidade, e assim atuem sobre ela.”⁷. Com isso, foi concluído que a sexualização da mulher era o pivô para esse pensamento. O que demonstra o quão profunda e complexa é a relação do preconceito com os comportamentos da sociedade e a necessidade disso ser discutido nas escolas. Semanas após a ação, devido a resistência dos alunos sobre o tema foi abordado novamente e observou-se mais tolerância e a diminuição dos comentários e piadas em relação ao assunto. Além disso, os estudantes se corrigiam quando termos homofóbicos eram utilizados, demonstrando uma evolução.

O acompanhamento da atividade foi realizado por meio de observação direta durante os encontros e registros descritivos elaborados pelos acadêmicos após cada intervenção, permitindo identificar mudanças no comportamento e no discurso dos estudantes ao longo do tempo. Semanas após a realização da ação, foi possível observar, de maneira qualitativa, a redução de comentários discriminatórios e maior autocorreção entre os alunos, indicando um possível impacto positivo da intervenção. Ressalta-se, no entanto, que tais observações não configuram avaliação quantitativa sistematizada, mas sim percepções consistentes obtidas a partir da vivência em campo.

A ação demonstrou impacto positivo ao oferecer espaço de escuta e reflexão crítica abertas ao diálogo, visto que não havia dúvidas ou termos proibidos, permitindo que eles expressassem seus questionamentos livres de julgamento. A estratégia da pedagogia do oprimido permitiu aproximar uma realidade antes distante de forma que o olhar para o outro fosse além dos pensamentos críticos iniciais. Assim, houve mudanças na percepção dos adolescentes sobre preconceitos, especialmente o racial, amplamente naturalizado entre os ciclos, e a homofobia, inicialmente tratada com resistência. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

A promoção da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos e do respeito às diferenças étnico-raciais, culturais, religiosas, de gênero e de orientação sexual são aspectos essenciais para a formação ética e cidadã dos estudantes, contribuindo para o exercício da cidadania ativa, crítica e responsável.³

A experiência extensionista também se mostrou inegavelmente enriquecedora para as acadêmicas de Medicina ao proporcionar a vivência prática de uma educação dialógica e crítica, alinhada aos pressupostos de Paulo Freire. Ao se inserirem em um contexto real de interação com adolescentes e lidarem com resistências, estigmas e diferentes formas de preconceito, as futuras profissionais da saúde puderam desenvolver habilidades fundamentais à formação médica, como escuta ativa, empatia, comunicação e sensibilidade social. Além disso, ao confrontarem, na prática, conceitos teóricos como estigma e violência simbólica, compreenderam de maneira mais concreta a complexidade dos determinantes sociais que influenciam a saúde e as relações humanas. Diante da experiência exposta, percebe-se que a promoção da empatia, do respeito às diferenças e da cidadania crítica são objetivos fundamentais da formação escolar. Assim, a atividade não apenas contribuiu para a formação cidadã dos escolares, mas também fortaleceu a formação ética, crítica e humanística das acadêmicas. Dessa maneira, indubitavelmente a continuidade dessas iniciativas

pode contribuir para o reconhecimento das discriminações e incentivar atitudes mais respeitosas e inclusivas.

REFLEXÕES TEÓRICAS

Compreender o preconceito no espaço escolar requer recorrer a conceitos que revelam suas dimensões sociais e simbólicas. Goffman define o estigma como um atributo que desqualifica o indivíduo, reduzindo-o e levando ao seu afastamento da sociedade. Nesse sentido, o preconceito não se limita a atitudes individuais, mas constitui-se como um mecanismo de desvalorização social que fragiliza a dignidade das pessoas¹⁰. No contexto da intervenção analisada, esse processo manifestou-se nas interações cotidianas entre os estudantes, especialmente por meio de “brincadeiras” que operavam como formas de desqualificação simbólica. Tais práticas, ainda que frequentemente naturalizadas, evidenciam que o preconceito se inscreve nas relações sociais, ultrapassando a esfera de atitudes individuais.

Sob a ótica de Bourdieu, o preconceito pode ser entendido como uma forma de violência simbólica, isto é, uma dominação sutil que se sustenta pela naturalização das hierarquias sociais. Essa violência atua por meio do habitus, que diz respeito a ações já incorporadas que orientam pensamentos e práticas, reproduzindo desigualdades e legitimando formas de discriminação como se fossem naturais¹¹. Esse processo foi observado durante a experiência descrita quando estudantes, inclusive aqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados, reproduziam discursos discriminatórios. Assim, a experiência empírica foi capaz de elucidar o que já era observado na literatura de que o preconceito não é apenas fruto de escolhas individuais, mas resultado de estruturas sociais que, de maneira silenciosa, perpetuam relações de dominação.

Dessa forma, articulando Goffman, Freire e Bourdieu, compreende-se que o preconceito é um fenômeno estrutural: ele estigmatiza sujeitos, oprime relações humanas e se reproduz pela violência simbólica. Combatê-lo exige, portanto, não apenas denunciar práticas discriminatórias, mas também promover uma educação crítica que questione os mecanismos sociais que as sustentam.

Nesse viés, a escola, longe de ser um espaço neutro, participa ativamente da reprodução ou do tensionamento das desigualdades sociais. À luz do pensamento de Paulo Freire, a educação não pode ser compreendida como prática neutra ou meramente transmissiva, mas como um ato político, inserido em relações de poder. Em *Pedagogia do Oprimido*, o autor propõe uma educação problematizadora, voltada à leitura crítica da realidade e à superação das estruturas de opressão, em contraposição a uma educação que apenas reproduz as hierarquias existentes⁷. Nesse sentido, mais do que aplicar metodologias específicas, cabe à escola construir condições para o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos, favorecendo processos educativos orientados à emancipação.

O projeto “Quem conhece e respeita não tem medo” (UFRRJ) estimula atividades de sensibilização e enfrentamento do preconceito e da discriminação nas escolas, e evidencia como deve ser um esforço multidisciplinar e envolvendo o corpo docente e discente¹². Na experiência analisada, elementos dessa proposta puderam ser observados na medida em que as atividades promoveram espaços de diálogo e reflexão entre os estudantes. No entanto, assim como discutido anteriormente, tais práticas mostraram-se mais eficazes na sensibilização inicial do que na consolidação de uma compreensão crítica mais aprofundada das estruturas que sustentam o

preconceito. Nesse sentido, Godoi destaca que o papel do educador é imprescindível para promover discussões que desnaturalizam discriminações de gênero, sexualidade e outras formas de opressão, criando um ambiente democrático e humanizador¹³. Assim, articulando a experiência vivida com o referencial teórico mobilizado, evidencia-se que a prática pedagógica precisa ultrapassar a dimensão informativa ou pontual, constituindo-se como um processo contínuo de problematização da realidade, em consonância com a perspectiva freiriana de educação crítica.

Os estudos nacionais confirmam que o preconceito nas escolas brasileiras se manifesta em múltiplas dimensões. A pesquisa do MEC/INEP (2009), identificou diferentes formas de preconceito que atravessam a vida escolar, incluindo discriminação racial, de gênero, socioeconômica, homofóbica e contra pessoas com deficiência. Esse projeto evidenciou a correlação entre a falta de conhecimento acerca dos preconceitos e a sua presença, assim como um menor desempenho escolar que foi comprovado pela diferença dos resultados na “Prova Brasil”. Além disso, 99,3% dos participantes apresentaram algum tipo de preconceito, uma porcentagem alarmante e que reforça a compreensão de que o preconceito não se configura como exceção, mas como um fenômeno estrutural presente na cultura escolar.¹⁴

No contexto da experiência relatada, a centralidade do preconceito racial nas interações entre os estudantes pode ser compreendida à luz da formação histórica e social brasileira, na qual o racismo opera frequentemente de forma velada e naturalizada. A recorrência de “brincadeiras” de cunho racial entre os alunos sugere a incorporação dessas práticas ao habitus, conforme proposto por Bourdieu, evidenciando que tais manifestações não são percebidas como violência, mas como parte legítima das interações sociais¹¹. Esse dado empírico reforça a necessidade de intervenções educativas que não apenas informem, mas problematizem criticamente essas práticas.

O racismo, muito presente na escola cuja intervenção foi descrita nesse artigo, reflete um preconceito já enraizado na sociedade brasileira, marcado pela negação de sua existência e pela manutenção de desigualdades de forma velada, o que é refletido por meio das “brincadeiras” entre os alunos¹². Outros preconceitos também se mostram recorrentes no espaço escolar como bullying homofóbico, o qual conforme Martins, provoca sofrimento psíquico, evasão e dificuldade de aprendizagem entre estudantes LGBTQIA+¹⁵.

A resistência observada nas discussões sobre homofobia e transfobia pode ser interpretada como indicativo de maior rigidez normativa em torno das identidades de gênero e sexualidade, especialmente no contexto masculino. A diferença na aceitação entre mulheres lésbicas e homens gays sugere a presença de um olhar marcado pela sexualização da mulher e pela rejeição de masculinidades dissidentes, o que evidencia como o preconceito está atravessado por construções sociais de gênero. Nesse sentido, a reação dos estudantes não apenas expressa opiniões individuais, mas reflete padrões culturais amplamente difundidos. Ademais, o cotidiano escolar é atravessado por outros preconceitos, como a aporofobia, evidenciando como a pobreza se torna motivo de estigmatização, conforme indicam os dados do MEC/INEP¹³.

A presença desses tipos de preconceitos em uma escola estadual em Minas Gerais se apresenta de forma contraditória, uma vez que mesmo alunos que se identificam como negros e de classes sociais vulnerabilizadas reproduzem comentários discriminatórios e/ou eram coniventes com essas práticas. Essa situação evidencia que apesar de ocuparem um papel de “oprimidos” - seguindo teoria freiriana- ainda sim há a necessidade de serem “opressores” o que se adequa e comprova a frase “*O grande sonho do oprimido é tornar-se opressor.*”⁷. Nesse viés, a escola é agente atuante para enfrentar o preconceito e a discriminação.

O combate ao preconceito escolar exige ações contínuas e coletivas, e não apenas intervenções pontuais. Para Freire, o diálogo é fundamental para enfrentar estigmas⁷, o projeto *Quem conhece e respeita não tem medo* (UFRRJ) reforça que a participação de professores, alunos, famílias e comunidade é indispensável nesse processo¹², enquanto Silva e Nascimento destacam a responsabilidade docente em reconhecer e intervir diante das desigualdades¹⁶. Pesquisas como a do MEC/INEP mostram que o preconceito é estrutural, o que exige políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. Sob a perspectiva freireana, a práxis envolve a articulação entre reflexão e ação transformadora. Embora a intervenção tenha favorecido momentos de reflexão e mudanças pontuais no comportamento dos estudantes, não é possível afirmar que tenha promovido uma transformação estrutural nas formas de pensar e agir desses sujeitos. Dessa forma, a experiência aproxima-se de um movimento inicial de problematização, mas ainda distante de um processo pleno de conscientização e transformação social. Estratégias de intervenção como a analisada neste artigo são caminhos concretos para consolidar a escola como espaço de cidadania e emancipação social¹⁴.

Nesse sentido, a experiência relatada parece ter promovido, em alguns momentos, indícios iniciais de conscientização, entendida por Freire como a capacidade de perceber criticamente a realidade social e suas contradições. Isso pôde ser observado quando os estudantes passaram a reconhecer determinadas falas como preconceituosas e a questionar comportamentos anteriormente naturalizados. Contudo, tais indícios ainda se apresentam de forma incipiente, sugerindo que a intervenção atuou mais no nível da sensibilização do que da transformação crítica consolidada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção realizada com os adolescentes do sétimo ano teve como objetivo inicial identificar, discutir e problematizar preconceitos no espaço escolar, estimulando uma reflexão crítica e empática sobre o tema, visando a mudança de paradigmas e mentalidades, que mesmo em idade iniciais já se encontram socialmente enraizados. A proposta possibilitou não apenas a problematização de práticas discriminatórias, mas também a valorização do respeito às diferenças e às individualidades, evidenciando a relevância da escola como espaço formativo para além da dimensão cognitiva.

A ação demonstrou impacto positivo ao oferecer um espaço de escuta qualificada e reflexão aberto ao diálogo, no qual não havia imposição de censuras ou restrições de linguagem e temática, favorecendo a livre expressão dos estudantes. Esse ambiente seguro possibilitou que os alunos manifestassem dúvidas, compartilhassem experiências e elaborassem questionamentos sem receio de julgamento, aspecto fundamental para processos educativos significativos. A estratégia adotada, fundamentada na pedagogia do oprimido de Paulo Freire, contribuiu para aproximar realidades previamente percebidas como distantes, ao estimular o reconhecimento do outro em sua dimensão social e histórica. Nesse sentido, o exercício do olhar crítico foi ampliado, ultrapassando impressões iniciais e promovendo transformações na percepção dos adolescentes sobre preconceitos, especialmente o racial, frequentemente naturalizado nos contextos escolares, e a homofobia, inicialmente marcada por resistência. Dessa forma, observa-se que a intervenção favoreceu mudanças consistentes na forma como os participantes compreendem e enfrentam situações de discriminação, passando a reconhecer seus impactos negativos e a adotar posturas mais reflexivas,

críticas e ativas diante dessas vivências, tanto pessoais quanto coletivas. Em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a promoção da empatia, do respeito à diversidade e do exercício da cidadania crítica constitui um dos pilares da formação integral dos estudantes³. Assim, a problematização dos preconceitos no ambiente escolar não apenas contribui para o desenvolvimento individual, mas também fortalece princípios democráticos e valores humanitários essenciais à convivência social.

A relevância e os resultados positivos da intervenção são evidentes; contudo, limitações e desafios também foram identificados, sendo fundamentais para a análise crítica da experiência e para o aprimoramento de futuras ações. A naturalização de práticas preconceituosas, aliada à resistência inicial dos estudantes em abordar determinados temas, configurou-se como um obstáculo significativo. Tal cenário pode ser compreendido à luz das contribuições do filósofo italiano Antonio Gramsci, que discute a noção de hegemonia cultural ao evidenciar que ideias dominantes, como os preconceitos, tendem a se perpetuar por serem incorporadas de forma inconsciente e percebidas como naturais no cotidiano social¹⁶. Essa perspectiva reforça a necessidade de que intervenções educativas dessa natureza não se limitem a ações pontuais, mas sejam estruturadas como processos contínuos, capazes de promover a desconstrução gradual de estigmas historicamente enraizados.

Outro aspecto relevante refere-se às limitações operacionais da prática, especialmente o tempo reduzido para abordagem do tema e o intervalo prolongado entre os encontros, fatores que podem comprometer a consolidação das reflexões propostas, como já consolidado na literatura educacional, que aponta que a transformação de concepções arraigadas exige continuidade, sistematização e aprofundamento. Nesse sentido, Paulo Freire, ao discutir a internalização da opressão, destaca que a dificuldade de superar preconceitos está diretamente relacionada à incorporação dessas estruturas pelos próprios sujeitos, o que torna o processo de mudança complexo e particularmente demorado. Assim, a superação de mentalidades enraizadas demanda ações educativas permanentes, dialógicas e contextualizadas¹⁸.

A partir de tudo abordado acima, os acadêmicos perceberam que a continuidade dessas iniciativas pode contribuir para o reconhecimento das discriminações e incentivar atitudes mais respeitadas e inclusivas. Conforme preconizado pela BNCC, iniciativas dessa natureza cumprem papel essencial ao promover empatia, diálogo, respeito às diferenças e a formação de sujeitos socialmente responsáveis, consolidando a escola como um espaço de cidadania ativa e crítica³. Nesse sentido, conclui-se que abordagens pedagógicas dialógicas e problematizadoras constituem estratégias eficazes no enfrentamento do preconceito, contribuindo de forma concreta para a construção de relações sociais mais justas, equitativas e democráticas.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Educação (BR). Programa ética e cidadania. Brasília: MEC; 2004.
2. Mendoza FS, Woo Baidal JA, Fernández CR, Flores G. Bias, prejudice, discrimination, racism, and social determinants: the impact on the health and well-being of Latino children and youth. *Acad Pediatr.* 2024;24(7 Suppl):S196-S203.
3. Ministério da Educação (BR). Base Nacional Comum Curricular – BNCC [Internet]. Brasília: MEC; 2018 [citado 2025 ago 18]. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf

4. Howarth C, Andreouli E. Changing the context: tackling discrimination at school and in society. *Int J Educ Dev* [Internet]. 2015 [citado 2025 ago 15];41:184-91. Disponível em: <https://eprints.lse.ac.uk/61759/1/Changing%20the%20contex.pdf>
5. Parker R, Gaurko J. Stigma, prejudice and discrimination in global public health. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2021;37(1):e00277320. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00277320>
6. Dias V. Quando as questões raciais encontram a violência simbólica [Internet]. 2021 [citado 2026 maio 3]. Disponível em: <https://institutodacor.org.br/2086/>
7. Freire P. Pedagogia do oprimido [Internet]. 2021 [citado 2025 ago 18]. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf
8. ESPN. Vinicius Jr. no Real Madrid: os casos de racismo contra o brasileiro na linha do tempo [Internet]. 2024 [citado 2025 ago 28]. Disponível em: https://www.espn.com.br/futebol/laliga/artigo/_id/13686329/vinicius-jr-real-madrid-racismo-casos-linha-do-tempo
9. Estadão. Entenda o caso George Floyd [Internet]. 2021 [citado 2025 ago 28]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/entenda-o-caso-george-floyd/?srsltid=AfmBOoriNpKESUav5L9ySfTU6GRbSSKZv8j-hZoODva3OUN7dKbx2j06>
10. Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada [Internet]. Harmondsworth: Penguin; 1963 [citado 2025 ago 30]. Disponível em: <https://archive.org/details/stigmanotesonman0000goff>
11. Setton MGJ. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea [Internet]. *Rev Bras Educ*. 2002 [citado 2025 set 2]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqghYyw4mmn5m8pw/?format=html&lang=pt>
12. Comissão de Direitos Humanos. Quem conhece e respeita não tem medo: trabalhando preconceito [Internet]. [s.l.]: [s.n.]; 2021 [citado 2025 ago 25]. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/06/E-book-Quem-conhece-e-respeita-nao-tem-medo.pdf>
13. Godoi E. Reflexões sobre o “pensar certo”: um olhar freireano às relações de gênero e espaço escolar. *Rev Educ Pop* [Internet]. 2021 [citado 2025 ago 25];21:214-24. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/60422>
14. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar: sumário executivo [Internet]. [s.l.]: [s.n.]; 2021 [citado 2025 ago 25]. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/pesq_discrim_preconc_amb_escolar.pdf
15. Martins JGBA, Duque ANF, Nascimento JF, Martins MGBA, Aragão JA, Sou EA. Enfrentamentos ao bullying homofóbico na escola: convite para uma reflexão. *Temporalidades* [Internet]. 2020 [citado 2025 set 2];12(1):681-701. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/16376>
16. Silva I, et al. Atividade de extensão antirracista: educação contra o preconceito e discriminação na escola. *Ensino Perspect* [Internet]. 2021 [citado 2025 ago 25];2(1). Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoem perspectivas/article/view/11569/9873>
17. Gramsci A, Yagüez JA. *Cadernos do cárcere e outros escritos: escolma*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela; 2019.
18. Ramalho RR. Modelo analítico da pedagogia do oprimido: sistematização do método Paulo Freire. *Rev Bras Educ* [Internet]. 2022 [citado 2025 ago 25];27. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/br7NczPCHrxYzOkfWCQryOH/?format=html&lang=pt>